



**Prefeitura de  
Maracanaú**

**MENSAGEM DE LEI COMPLEMENTAR Nº 105, DE 23 DE OUTUBRO DE 2025, DO  
PODER EXECUTIVO.**

Ao  
Exmº Sr.  
Vereador RAPHAEL PESSOA MOTA  
Presidente da Câmara Municipal de Maracanaú  
NESTA

CÂMARA MUNICIPAL DE MARACANAÚ	
RECEBIDO	
24 OUT 2025	10:00hs
Nº Protocolo	12958 24/10/25
Rúbrica Protocolista	

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 105/2025.**

Senhor Presidente,

Submeto por intermédio de Vossa Excelência, à apreciação dessa Casa Legislativa, o incluso projeto de lei que **DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL E FUNCIONAL DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE MARACANAÚ, NA FORMA QUE INDICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A presente propositura legislativa visa reestruturar a Procuradoria-Geral do Município de Maracanaú, a fim de que as atribuições dos cargos em comissão de Procurador-Geral do Município, Subprocurador-Geral do Município, Subprocurador em Licitações e Procurador Adjunto descritas na Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Município, assim como atender com mais eficiência e menos burocracia os interesses dos órgãos e entidades públicas relativamente aos trâmites dos processos administrativos.

Em razão do exposto, remetemos o presente Projeto de Lei ao acurado exame de V.Exª e dos ilustres Vereadores com assento nesta augusta Casa, solicitando sua apreciação e esperando sua aprovação, em regime de urgência, nos termos do art. 42 da LOM.

Atenciosamente,

  
**ROBERTO PESSOA**  
Prefeito de Maracanaú

Palácio das Maracanãs  
Rua Edson Queiroz, nº 270, Centro, Maracanaú, Ceará  
CEP 61.900-200

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 105, DE 23 DE OUTUBRO DE 2025.**

**DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO  
ORGANIZACIONAL E FUNCIONAL DA  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE  
MARACANAÚ, NA FORMA QUE INDICA, E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO DE MARACANAÚ, ROBERTO SOARES PESSOA:**

**Faço saber que a Câmara Municipal de Maracanaú, decreta e eu, sanciono a seguinte Lei:**

**Art. 1º.** Esta Lei reestrutura a Procuradoria-Geral do Município, criada por meio da Lei Municipal nº 352, de 22 de julho de 1994, readequada organizacional e funcionalmente pela Lei Complementar nº 1.875, de 29 de junho de 2012.

**Art. 2º.** A Lei Complementar nº 1.875, de 29 de junho de 2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 4º.** Compete à Procuradoria-Geral do Município:

- I - representar judicial e extrajudicialmente o Município, em defesa de seus interesses, do seu patrimônio e da Fazenda Pública, nas ações cíveis, trabalhistas e de acidentes do trabalho, falimentares e nos processos especiais em que for autor, réu ou terceiro interveniente;
- II - promover, privativamente, a cobrança amigável ou judicial da Dívida Ativa, tributária ou não, da Fazenda Pública, funcionando em todos os processos que haja interesse fiscal do Município;
- III - representar os interesses do Município junto ao Contencioso Administrativo Tributário e aos Tribunais de Contas;
- IV - elaborar minutas de informações a serem prestadas ao Poder Judiciário, nos mandados de segurança em que o Prefeito, os Secretários do Município e demais autoridades de idêntico nível hierárquico forem apontadas como autoridades coatoras;
- V - representar ao Prefeito sobre providências de ordem jurídica que lhe pareçam reclamadas pelo interesse público e pela boa aplicação das leis vigentes;
- VI - propor ao Prefeito, aos Secretários do Município e às autoridades de idêntico nível hierárquico as medidas que julgar necessárias à uniformização da legislação e da jurisprudência administrativa, tanto na Administração Direta como na Indireta e Fundacional;
- VII - exercer as funções de consultoria jurídica do Executivo e dos órgãos da Administração Direta e, quando for o caso, da Indireta, nos termos da presente Lei Complementar;
- VIII - examinar os processos de aposentadoria e de retificação de aposentadoria, acompanhando a execução dos respectivos atos, a fim de assegurar a legalidade de suas concessões;
- IX - examinar os pedidos de dispensa e de declaração de inexigibilidade de licitação;
- X - analisar a legalidade dos atos da Administração Pública Direta, Indireta e Fundacional, propondo, quando for o caso, a anulação deles, ou quando necessário as ações judiciais cabíveis;





## Prefeitura de Maracanaú

- XI - requisitar aos órgãos e entidades da Administração Municipal, certidões, cópias, exames, informações, diligências e esclarecimentos necessários ao cumprimento de suas finalidades institucionais, que devem ser fornecidos no prazo fixado, sob pena de responsabilidade administrativa do responsável direto;
- XII - celebrar convênios com órgãos semelhantes dos demais Municípios, dos Estados e da União que tenham por objetivo a troca de informações e o exercício de atividades de interesse comum, bem como o aperfeiçoamento e a especialização dos Procuradores do Município;
- XIII - manter estágio de estudantes, de graduação e pós-graduação, de Direito e de outras áreas pertinentes à sua atuação funcional, administrativa e judicial;
- XIV - avocar a si o exame de qualquer processo administrativo ou judicial que se relacione com qualquer órgão da Administração do Município, direta e indireta, inclusive autárquica e fundacional;
- XV - propor medidas de caráter jurídico que visem a proteger o patrimônio do município ou aperfeiçoar as práticas administrativas;
- XVI - sugerir ao Prefeito e recomendar aos Secretários do Município a adoção de providências necessárias à boa aplicação das leis vigentes;
- XVII - desenvolver atividades de relevante interesse municipal, das quais a encarregue o Prefeito;
- XVIII - transmitir aos Secretários do Município e a outras autoridades diretrizes de teor jurídico, emanadas do Prefeito;
- XIX - cooperar na formação de proposições de caráter normativo;
- XX - representar, com exclusividade, a Fazenda Municipal perante os Tribunais de Contas;
- XXI - ajuizar, com autorização do Procurador-Geral do Município, ações civis públicas, quando for o caso, nos termos da legislação pertinente; e,
- XXII - exercer outras funções que lhe sejam atribuídas por lei complementar.

§ 1º Os pronunciamentos da Procuradoria-Geral do Município, nos processos submetidos a seu exame e parecer, esgotam a apreciação da matéria no âmbito administrativo municipal, deles só podendo discordar o Chefe do Poder Executivo.

§ 2º São membros da Procuradoria-Geral do Município, o Procurador-Geral do Município, o Subprocurador-Geral do Município, o Subprocurador em Licitações, os Procuradores Adjuntos e os integrantes da carreira de Procurador do Município.

Art. 5º. A Direção Superior é realizada por servidores ocupantes dos cargos de Procurador-Geral do Município, Subprocurador-Geral do Município, Subprocurador em Licitações e Procuradores Adjuntos.

Art. 6º. O Procurador-Geral do Município, o Subprocurador-Geral do Município, o Subprocurador em Licitações e os Procuradores Adjuntos serão escolhidos e nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, dentre bacharéis em Direito, inscritos na Ordem dos Advogados Brasil, com notório saber jurídico, reputação ilibada, exigindo-se do escolhido mais de 02 anos de prática forense comprovada.





## Prefeitura de Maracanaú

Art. 7º. O Procurador-Geral do Município, o Subprocurador-Geral do Município, o Subprocurador em Licitações e o Procurador Adjunto ocuparão cargos de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, com remuneração específica na forma da Lei de criação dos respectivos cargos.

Art. 8º. São atribuições do Procurador-Geral do Município:

.....  
VII - delegar competência ao Subprocurador-Geral do Município, ao Subprocurador em Licitações, aos Procuradores Adjuntos e aos Procuradores do Município em assuntos jurídicos e administrativos.

Parágrafo único. O Procurador-Geral do Município gozará das prerrogativas e honras protocolares correspondentes às de Secretário do Município, sendo, nos casos de ausências ou impedimentos, substituído pelo Subprocurador-Geral do Município.

Art. 9º-A. O Procurador Adjunto será nomeado em comissão pelo Chefe do Poder Executivo, dentre advogados com pelo menos 02 (dois) anos de prática forense, de notório saber jurídico e reputação ilibada, cabendo-lhes:

- I - assessorar o Procurador-Geral do Município e o Subprocurador-Geral do Município em assuntos técnico-jurídicos em relação às atribuições privativas destes;
- II - assessorar o Procurador-Geral e o Subprocurador-Geral e emitir pareceres em matérias de relevante interesse jurídico determinado pelo Procurador-Geral do Município;
- III - minutar e submeter ao Procurador-Geral do Município ou ao Subprocurador-Geral do Município as razões de sanção ou de veto de lei considerada inconstitucional ou contrária ao interesse público;
- IV - mediante designação do Procurador-Geral do Município ou do Subprocurador-Geral do Município, participar de audiências em processos administrativos e judiciais em que o Município seja autor, réu, terceiro, interveniente ou interessado; e
- V - diligenciar junto aos juízos e tribunais quanto aos processos judiciais acompanhados diretamente pelo Procurador-Geral do Município ou pelo Subprocurador-Geral do Município, objetivando dar maior celeridade aos feitos e assegurar sua regular tramitação.

Art. 9º-B. O Subprocurador em Licitações será nomeado em comissão, pelo Chefe do Poder Executivo, dentre advogados com pelo menos 05 (cinco) anos de prática forense, de notório saber jurídico e reputação ilibada, cabendo-lhes:

- I - assessorar o Procurador-Geral do Município e o Subprocurador-Geral do Município no exercício de suas funções em relação aos assuntos relacionados à matéria de licitações;
- II - elaborar pareceres jurídicos, peças processuais e minutas de editais relacionados aos processos licitatórios, assim como das hipóteses de dispensa e de inexigibilidade;
- III - orientar e dar apoio jurídico às Comissões de Licitação e de Pregões na elaboração de minutas de editais e de contratos;
- IV - orientar e dar apoio jurídico às Comissões de Licitação e de Pregões e ao Agente de Contratação em defesas e/ou recursos interpostos por licitantes, nos processos administrativos e judiciais;





## Prefeitura de Maracanaú

V - elaborar parecer técnico da fase externa do processo licitatório para atestar a correção e adequação de aspectos técnicos no processo de contratação pública;

VI - elaborar peças processuais no âmbito dos Tribunais de Contas em relação às representações e/ou denúncias em matéria de licitações.

Art. 9º-C. O Gabinete do Procurador-Geral do Município, órgão incumbido de auxiliar o Procurador-Geral do Município no exercício de suas atividades, será assessorado por um Chefe de Gabinete, nomeado em comissão pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 1º Integram a estrutura do Gabinete do Procurador-Geral do Município o Procurador-Geral, o Subprocurador-Geral do Município, o Subprocurador em Licitações, o Procurador Adjunto e a Chefia de Gabinete e o respectivo órgão de Execução Administrativa, de que trata o art. 18.

§ 2º São competências do Chefe de Gabinete do Procurador-Geral:

I - prestar assistência administrativa ao Procurador-Geral;

II - propor a expedição de normas sobre assuntos de sua competência;

III - encaminhar ao Procurador-Geral assuntos, processos e correspondências cujas soluções dependam de sua apreciação;

IV - preparar o expediente a ser despachado pelo Procurador-Geral;

V - preparar a agenda do Procurador-Geral, avisando-o, com antecedência, dos atos e solenidades a que deva comparecer;

VI - atender as partes que pretendam contato com o Procurador-Geral;

VII - controlar as atividades do Gabinete do Procurador-Geral;

VIII - planejar a execução de atividades de comunicação social, interna e externa, da Procuradoria-Geral do Município;

IX - manter cadastro atualizado de todos os órgãos federais, estaduais e municipais;

X - encaminhar aos órgãos da Procuradoria os processos de sua competência, após despacho do Procurador-Geral ou do Subprocurador-Geral ou do Procurador Assistente;

XI - desempenhar as funções que lhe forem cometidas pelo Procurador-Geral.

Art. 10. Os órgãos de execução programática, diretamente subordinados ao Procurador-Geral do Município são responsáveis pelas atividades contenciosas e de consultoria jurídica da Procuradoria-Geral do Município.

Art. 18. A função de Execução Administrativa será exercida por um servidor público nomeado em comissão e designado para a estrutura e organização da Procuradoria-Geral do Município.

Art. 48-A. Além da remuneração do cargo de Procurador do Município definida no art. 47 desta Lei Complementar, fará jus o Procurador do Município, o Procurador-Geral, o Subprocurador-Geral, o Procurador Adjunto e o Subprocurador em Licitações aos honorários advocatícios provenientes de qualquer feito judicial em que o Município de Maracanaú for vencedor, ainda quando apurados sob o título de acréscimo incidente sobre o valor do débito fiscal inscrito para cobrança executiva ou oriundo de acordos judiciais e extrajudiciais ou pagos por particulares em razão da adesão a programas de recuperação fiscal em qualquer circunstância.





## Prefeitura de Maracanaú

Art. 48-B. O total arrecadado com honorários advocatícios de que trata o art. 48-A desta Lei Complementar será distribuído entre o Fundo de Modernização e Reaparelhamento da Procuradoria-Geral do Município - FMPGM, os Procuradores do Município detentores de cargo de provimento efetivo, o Procurador-Geral do Município, o Subprocurador-Geral do Município, o Procurador Adjunto e o Subprocurador em Licitações, desde que, em efetivo exercício no serviço público municipal, da seguinte forma:

I - 10% (dez por cento) destinam-se ao Fundo de Modernização e Reaparelhamento da Procuradoria-Geral do Município - FMPGM, devidamente instituído, nos termos da Lei nº 2.398, de 22 de julho de 2015 e suas alterações;

II - 90% (noventa por cento) destinam-se ao rateio, trimestral, entre os Procuradores do Município detentores de cargo de provimento efetivo, ao Procurador-Geral do Município, ao Subprocurador-Geral do Município, ao Procurador Adjunto e ao Subprocurador em Licitações, individual e igualitariamente.

Art. 48-C. A verba honorária de que trata o inciso II do art. 48-B fica disciplinada da seguinte forma:

I - não constitui receita pública, sendo valor próprio dos Procuradores do Município, do Procurador-Geral, do Subprocurador Geral, Procurador Adjunto e Subprocurador em Licitações, conforme o disposto na Lei Federal nº 8.906, de 4 de julho de 1994;

.....  
III - não integra a remuneração do cargo de Procurador do Município, de Procurador-Geral do Município, de Subprocurador Geral do Município, de Procurador Adjunto e de Subprocurador em Licitações.” NR

Art. 3º. O art. 3º da Lei nº 2.398, de 22 de julho de 2015, alterado pela Lei nº 2.641, de 29 de setembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º. São fontes de receita do Fundo de Modernização e Reaparelhamento da Procuradoria-Geral do Município 10% (dez por cento) do percentual arrecadado, a título de honorários advocatícios, nos termos da Lei Complementar nº 1.875, de 29 de junho de 2012, que institui a Lei de funcionamento da Procuradoria-Geral do Município.” NR

Art. 4º. Revogam-se os incisos I e II do art. 10, art. 13 e seu parágrafo único e o art. 17 da Lei Complementar nº 1.875, de 29 de junho de 2012.

Art. 5º. Esta Lei Complementar entra em vigor a partir de 1º de novembro de 2025.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

**PAÇO QUATRO DE JULHO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACANAÚ, AOS  
23 DE OUTUBRO DE 2025.**

**ROBERTO PESSOA**  
*Prefeito de Maracanaú*

Palácio das Maracanãs  
Rua Edson Queiroz, nº 270, Centro, Maracanaú, Ceará  
CEP 61.900-200